

## NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA COTIDIANA: O PROTAGONISMO EXERCITADO PELOS CAMPONESES NO CARIRI PARAIBANO (1900-1950)<sup>1</sup>

---

Francisco de Assis Batista

---

### RESUMO

O Cariri da Paraíba, de acordo com os registros de doações de sesmarias, foi sendo ocupado, no início do século XVIII, por pessoas que tinham por objetivo estabelecer fazendas de gado e por grupos de famílias sem terras, escravos e ex-escravos, os quais para aquela área se dirigiram, em busca de terras que lhes possibilitassem a subsistência. Essas pessoas em constantes embates com a elite rural da região foram se estabelecendo e deram origem ao campesinato regional. Este artigo tem por objetivo analisar as práticas de resistência cotidiana, exercitadas por este campesinato, frente às práticas de dominação da elite rural, no Cariri Ocidental da Paraíba, no período de 1900 a 1950. Para realizar essa análise, utilizamos como fonte de pesquisa entrevistas e também publicações literárias de autores que trataram de relatar os conflitos que presenciaram na época, tanto entre membros da elite rural quanto entre essa elite e os camponeses. As análises realizadas nos permitiram concluir que os camponeses mesmo enfrentando as práticas de dominação da elite rural, desenvolveram, conforme as suas possibilidades de exercitar estratégias de resistência cotidiana.

Palavras-chave: Campesinato; Elite Rural; Dominação; Resistência Cotidiana.

## ON THE TRACKS OF PEASANT EVERYDAY RESISTANCE: THE PROTAGONISM EXERCISED BY FARMERS IN CARIRI OF PARAIBA STATE, BRAZIL (1900-1950)

### ABSTRACT

The Cariri of Paraíba, according to the records of donations of land grants, has been occupied in the early Eighteenth Century by people who aimed to establish cattle ranches, by families without land properties and former slaves who arrived to the region mentioned in their search for subsistence. These people in constant clashes with the rural elite of the region were being established and gave rise to regional peasantry. This study aims to analyze the practices of everyday resistance exercised by the peasantry against the practices of domination of the rural elite in the West Cariri of Paraíba State (Brazil), in the period from 1900 until 1950. For this analysis, we used as data sources a set of interviews with people who witnessed those conflicts and also publications by people who had tried to report the conflicts both among rural members elite and among the rural elite and the peasants. The analysis carried out showed that farmers facing the same practices of domination of the rural elite, developed according to their possibilities of exercising everyday strategies of resistance.

Key words: Peasantry; Rural Elite; Domination; Resistance Everyday

---

Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão do quinto capítulo de minha tese de doutorado em Sociologia defendida em 2010 no PPGCS/UFCG, sob a orientação da professora Marilda A. Menezes

## INTRODUÇÃO

A microrregião do Cariri Ocidental foi uma das últimas a ser povoada no estado da Paraíba, processo que ocorreu na passagem do século XVII para XVIII (Octávio, 1996). A ocupação dessa microrregião, encravada na “diagonal seca” do semiárido brasileiro, deveu-se em parte à expansão da pecuária bovina e à iniciativa de camponeses que lá se instalaram o que redundou em uma estrutura agrária típica do latifúndio-minifúndio, isto é, uma estrutura de ocupação do espaço caracterizado por um número reduzido de grandes fazendas, que dominavam a maior parte do território, intercaladas com inúmeras pequenas propriedades que concentram as famílias camponesas que se reproduziram na microrregião (IBGE, 1985).

No início do século XX, a microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba desenvolve uma intensa produção de algodão, destacando-se mesmo de outras regiões do Estado tanto pela quantidade quanto pela qualidade, sendo o algodão nela produzido classificado como um dos melhores do mundo (Galliza, 1993, p.45).

No período dessa efervescência econômica e política, a pressão sobre a terra, o principal meio de produção, se deu de forma violenta. São inúmeros os casos relatados pelos moradores mais antigos da região, que ainda guardam na memória as práticas dos coronéis que se utilizavam da coação e do assassinato para expropriar os pequenos proprietários e os posseiros mais resistentes. Entretanto, nos relatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais coletados, ainda durante a pesquisa de mestrado, percebemos que os camponeses não aceitavam, passivamente, o poder exercido pelos latifun-

diários, o que permite formular a hipótese da existência de práticas de resistência cotidiana frente àqueles que pretendiam explora-los e expropriá-los de suas terras.

A existência predominante das pequenas propriedades na estrutura agrária da microrregião ratifica a hipótese de que permanência destas pode ser explicada pela força da resistência cotidiana das famílias nestas áreas, *garantido-as como posse*, e não pela força das formalidades legais, conforme se verificou com as grandes propriedades.

A pesquisa realizada no mestrado revelou a importância que o movimento sindical teve naquele momento e contexto específicos, em que os trabalhadores rurais estavam sendo expulsos das grandes propriedades rurais. No entanto, alguns questionamentos foram brotando, pouco a pouco, não só a respeito da importância do sindicato e dos trabalhadores inseridos no movimento sindical, mas, acerca de outros trabalhadores e trabalhadoras que não aderiram à luta sindical.

A complexidade daquela realidade fez emergir um questionamento a cerca de como se dava o enfrentamento dos trabalhadores rurais, na ausência de direitos legais e de instituições jurídicas, que só começaram a ser implementadas na década de 1970. Ante aos questionamentos, privilegiamos, neste artigo, analisar as práticas de resistência protagonizadas no cotidiano pelos camponeses, no Cariri paraibano, frente às expressões de poder exercitadas pela elite no período compreendido entre o início do século XX até meados dos anos de 1950. No curso da análise tomamos como referencial a noção de resistência cotidiana elaborada pelo cientista político James Scott.

## 1. A NOÇÃO DE RESISTÊNCIA COTIDIANA CAMPONESA: A CONSTRUÇÃO DE JAMES SCOTT

Resistência cotidiana é uma noção desenvolvida pelo cientista político James C. Scott, para nomear uma série de ações, consideradas, por ele, como formas de resistência protagonizadas no dia a dia pelos camponeses frente a determinadas expressões de poder. Essa compreensão originariamente é desenvolvida em seu livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, publicado em 1985, surgindo como resultado de dois anos de observação participante nos fins dos anos 70 em uma aldeia da planície Muda, situada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia e posteriormente em 1990 com a publicação de outro trabalho intitulado *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*.

Entretanto, além de nomear os tipos de ações, que entende ser expressões de resistência por parte dos camponeses, Scott desenvolve um corpo teórico em que fundamenta toda uma perspectiva para qualificar outras ações promovidas pelos camponeses.

Para justificar esse seu novo olhar sobre a temática James Scott apresenta um argumento bastante pertinente ao assinalar que as rebeliões camponesas na história são poucas e diversas, entendendo mesmo que são raras as circunstâncias que favorecem a ocorrência de levantes camponeses de larga escala, ao mesmo tempo, também, rememora que as revoltas, quando acontecem, são totalmente esmagadas. (SCOTT, 2002, p. 11).

O autor faz algumas ponderações interessantes, a exemplo da ocorrência de que uma

pequena rebelião, supostamente pode ter impacto sobre as relações de classe, mas que também há outras ações que podem produzir impactos como, fugas, roubos e que nem sempre são noticiadas. Essas ações, compreendidas como “silenciosas guerrilhas do cotidiano” possuem uma importância significativa para os camponeses e para as classes historicamente subordinadas, mas não são percebidas, nem lhe são dadas a devida atenção (Scott, 2002, p.11). Outro argumento, bastante pertinente, quanto à visibilidade e à importância que deve ser dada às ações do cotidiano camponês, são colocadas por Scott (2002, p.11) ao questionar que se a história dos camponeses se detivesse apenas em focalizar os momentos de insurreições, se assemelharia a uma história de trabalhadores fabris com registro, apenas, dos momentos mais agudos de suas formas de lutas como greves e protestos, perdendo, assim, as expressões de lutas mais duráveis dos conflitos de classe exercitados na arena do cotidiano, entre as quais a luta pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito.

Considerando as particularidades do contexto camponês, Scott formula a noção de resistência cotidiana, argumentando: “Por todas essas razões, ocorreu-me que a ênfase nas rebeliões camponesas estava mal colocada. Pelo contrário, pareceu mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa” (Scott, 2002, p.11).

Esta concepção formulada por James Scott abre uma perspectiva que permite entender as manifestações de pequenas ações que ocorrem no cotidiano de um determinado contexto de dominação, superando a tradicional

interpretação das formas de resistência, como sendo conformismo, acomodação ou submissão, ou também como atos criminosos, principalmente, quando afetam diretamente a propriedade privada.

Monsma, referindo-se á centralidade das ações cotidianas na perspectiva teórica de Scott, esclarece:

Parte da atração de Scott pela resistência cotidiana deve-se ao fato de esta ser geralmente mais democrática e mais enraizada na vida popular que movimentos e partidos formais, muitas vezes, lideradas por segmentos educados da classe média que acham que sabem melhor que os pobres o que é bom para eles (Monsma, 2000, p. 114).

Scott reconhece a existência de outros espaços, nos quais as expressões de poder dos dominantes nem sempre conseguem dominar em sua totalidade e que se constituem como espaços favoráveis a um exercício crítico do poder, conforme assinala:

[...] os subordinados que se encontram envolvidos nessas estruturas de dominação em grande escala tem, não obstante, uma vida social bastante variada fora dos limites imediatos estabelecidos pelo patrão. Em princípio, é aqui, neste tipo de espaços fora da vigilância dos dominantes, onde pode desenvolver uma crítica comum a dominação (Scott, 2000, p.19).

Compreendendo o exercício de poder não como uma situação dada e absoluta sem margens para ações de questionamento, aborda em seu livro *“Los dominados y el arte de la resistencia”* que seu objetivo principal é “tra-

to de darle sentido a um estudio diferente del poder que descubre contradicciones, tensiones y posibilidades inmanentes” e também “mostrar como melhorar a leitura, interpretação e compreensão da conduta política, muita vezes quase inapreensível dos grupos subordinados” (Scott, 2000, p.20-21).

Ao examinar as relações de poder através de uma leitura da conduta política que, muitas vezes, é imperceptível aos olhos do pesquisador, o autor observa que os camponeses mesmo enfrentando condições adversas, desenvolvem formas peculiares de resistência a uma determinada situação de dominação e subalternidade.

O conceito de resistência cotidiana, formulado por Scott, é construído a partir das mudanças análise do contexto camponês e das relações de poder na vila de Sedaka, no sudeste asiático, no período de 1978 a 1980. Ocasão em que estavam ocorrendo transformações tecnológicas no processo produtivo com a utilização de máquinas causando impacto sobre as formas de acesso à terra pelos camponeses. A partir da análise das ações dos camponeses, nesse contexto, Scott vai delineando o conceito de forma de resistência cotidiana, apresentando algumas características como sendo: “[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”. Ainda explicitando esse conceito, apresenta a compreensão do autor acerca das formas que estas ações se manifestam: “[...] fazer corpo mole, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca a sabotagem e outras armas desta natureza”. Apresenta também algumas características: “[...] requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sem-

pre representam uma forma de autoajuda individual; evitam geralmente qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (Scott, 2002, p.12).

Conforme argumenta Scott, a resistência cotidiana expressa uma dimensão da luta de classe, pois entende que a dominação de classe é um processo sistemático de apropriação por parte dos dominantes. Dessa forma, a luta para impedir essa apropriação desenvolvida pelos subalternos se constitui, por sua vez, como uma expressão da luta de classe.

Micro resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimos de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.(SCOTT, 2002, p.24).

Entendemos que esse percurso teórico-metodológico desenvolvido para explicar o conceito de resistência camponesa ratifica a importância desse conceito na análise de ações protagonizadas pelos camponeses, mas despercebidas por algumas lentes teóricas que privilegiam as revoltas e rebeliões, A perspectiva de Scott dar visibilidade às tramas da cotidianidade, suas formas de resistência e que nos limites das possibilidades, vão tecendo as condições de suas subsistências.

Nesse sentido, percebemos a pertinência da conclusão de Scott, quanto ao objetivo da resistência camponesa:

O objetivo, afinal, da grande expressão da resistência não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele. O objetivo comum dos camponeses, como Hobsbawn<sup>2</sup> tão habilmente definiu, é ‘trabalhar o sistema no sentido das desvantagens mínimas’. (Scott, 2002, p.30).

Tanto a resistência material quanto simbólica faz parte de um mesmo conjunto de práticas coerentes entre si. Para Scott, as diversas manifestações como a agressão oral contra uma figura dominante em um ambiente seguro e os ritos de inversão como acontece no carnaval são também parte dessas manifestações de resistência, assim como todas as manifestações de descontentamento, conforme anteriormente referenciadas.

## 2. DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA NO CARI-RI PARAIBANO

No Cariri paraibano a violência era uma estratégia recorrente adotada pela elite com vistas à expropriação e dominação do campesinato. As práticas dos coronéis eram bastante conhecidas. Um dos registros destas práticas pode-se constatar na obra literária produzida por Antonio Mariano Sobrinho, morador da cidade de Camalaú no Cariri da Paraíba. Este rela-

---

2 HOBBSAWM, E. Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries. New York: Norton, 1965.

ta diversos casos, que teve conhecimento através de conversas com pessoas da região em diversos momentos e circunstâncias. Esta foi uma das fontes literárias analisadas com o objetivo de encontrar pistas, acerca das relações estabelecidas entre os camponeses e os latifundiários. Ainda nesta obra podemos observar indícios de práticas truculentas experimentadas pelos coronéis, a exemplo da citação que segue:

Na fazenda Ipueiras de Francisco Chaves Ventura – que também desempenhou a função de sub-delegado de Camalaú – uma prensa de preparar fardos de algodão servia como instrumento de ‘disciplina’, entre outras técnicas utilizadas. Às vezes pendurava-se o castigado de cabeça para baixo, causando-lhe sérios problemas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com um certo cidadão conhecido como ‘Zé Tapera’ que teve de passar uma noite em tais condições [...] (Mariano Sobrinho, 1996, p. 222).

A Fazenda Ipueiras a que se refere, localizava-se no município de Camalaú, antigo distrito de Alagoa do Monteiro, a maior cidade em área territorial do Estado da Paraíba. A prensa mencionada constituía-se em um mecanismo composto de diversas peças de madeira que tinha por finalidade comprimir o algodão compactando-o em forma de volumes, denominados de “fardos”. Utilizava-se este artefa-

to, como registrado, para castigar os trabalhadores, ocasião em que nela eram amarrados os trabalhadores que por ventura desobedeciam aos coronéis.

Outro exemplo semelhante do emprego da violência por parte desses coronéis foi apresentado por Pedro Nunes<sup>3</sup>, ao fazer um comentário sobre o capitão José Pereira de Gouvêa, proprietário da fazenda Cachoeirinha em São Tomé, distrito de Alagoa do Monteiro. Nesse sentido, Nunes (1997, p.100) comenta: “Era um homem que costumava castigar seus empregados, deixando-os uma noite inteira no tronco, como se fossem escravos, vinte anos depois da abolição da escravatura”. [ se é vinte anos depois da escravatura, é preciso mencionar mais ou menos quando isso ocorreu...].

Essa era uma prática corriqueira. Os castigos eram diversos na cidade de Camalaú onde, atualmente, se situa à Rua Nominando Firmo existia um tronco, que mesmo depois de extinta a escravidão, ainda era utilizado para amarrar aqueles que por algum motivo desobedeciam aos coronéis, servindo para expor a humilhação pública àqueles que caíssem no desagrado das autoridades [esse tronco existiu até 1912]” (Mariano Sobrinho, 1996, p. 222)<sup>4</sup>.

É perfeitamente compreensível que os camponeses, conhecendo bem o perfil dos dominantes, desenvolvessem formas de enfrentar

---

3 Pedro Nunes Filho é natural da cidade da Prata, município que pertencia a Alagoa do Monteiro. Nesta obra o autor descreve o movimento armado promovido pelo coronel Augusto Santa Cruz de Oliveira que procurou criar um clima político para desestabilizar o governo do estado da Paraíba, nessa perspectiva, junto com aproximadamente duzentos homens armados, invadiu a cidade de Alagoa do Monteiro, no dia 6 de maio de 1911. Esse foi um movimento, ainda pouco conhecido e que ainda carece de um estudo de seu impacto no contexto político estadual. Esta é uma obra que foi analisada para elaboração da tese de doutorado. Ressaltamos a riqueza de informações dessa obra, pois, o autor entrevistou mais de setenta pessoas descendentes daquelas famílias envolvidas no conflito, bem como também fez consulta aos arquivos dos meios jurídicos do próprio município como da capital do Estado

4 Antonio Mariano obteve essas informações a partir de conversas informais com as pessoas antigas do município e região. Essas histórias são transmitidas pela tradição oral, mas, ainda na contemporaneidade poucos se aventuram a falar delas com medo de represálias. Antonio Mariano fez um resgate de vários episódios e publicou..

essas práticas de dominação sem, no entanto, fazerem isso abertamente, mas, protegendo-se pelo anonimato. Demonstrando ainda o medo que o referido capitão impunha aos camponeses, Nunes (1997, p. 100) coloca:

Zé de Gouvêa impunha tanto terror à população de São Tomé [antigo distrito de Alagoa do Monteiro, atualmente é a cidade de Sumé aqui se refere a um local ou a fazenda?], que quando botava um adjunto, compareciam mais de cinqüenta pessoas para trabalhar. No final da jornada, ele trazia uma bacia cheia de moedas para fazer o pagamento. Quando chamava o primeiro para receber o sujeito dizia ‘tá doido, capitão! Nem fale nisso que eu não recebo dinheiro do senhor não.

O adjunto era uma prática exercitada pelos camponeses, denominada em outras regiões de mutirão. Entretanto, na referida citação, o autor coloca como uma prática semelhante que era promovida pelos proprietários rurais, mas, com um significado diferente, pois, a convocação de um determinado proprietário a um camponês para participação nesses adjuntos, era feito de forma coercitiva, conforme podemos compreender pela análise da citação.

Esta informação apresenta pistas que nos permite compreender que tanto os camponeses quanto o capitão entendiam muito bem as relações de poder, naquele contexto, de forma que a maneira desse capitão pagar aos camponeses pode até não ser fielmente da forma descrita, mas, revela o quanto ele era temido e o quanto os camponeses teatralizavam seus gestos na presença deste, como forma de passar uma determinada imagem de respeito e submissão. Utilizamos a noção de ação teatraliza-

da, de acordo com a compreensão de Scott como sendo uma expressão do discurso público em ocasiões em que os dominados utilizam-se da teatralização para esconder dos dominantes seus reais interesses, demonstrando, assim, por meio dessa forma, uma suposta deferência às expectativas dos dominantes (Cf. Scott, 2000).

Se por um lado os camponeses teatralizavam seus gestos para demonstrar certa deferência ao capitão, considerando o temor que tinham àquele, por outro lado o capitão também sabia do medo que causava aos camponeses e teatralizava também seu gesto por ocasião do pagamento dos serviços, com o intuito de demonstrar seu poder e inibir os camponeses de receber o pagamento.

Um caso específico no município de Alagoa do Monteiro é útil para demonstrar dois comportamentos distintos, ao mesmo tempo. Por um lado, a prática dos coronéis de tomar terras dos camponeses e, de outro, as estratégias que esses desenvolviam para resistirem sem, entretanto, afrontar diretamente o coronel, conforme podemos perceber no registro que faz Mariano Sobrinho (1996, p.196):

O coronel Pedro Monteiro cercou uma área que pertencia a uma viúva e seus cinco filhos. Depois a cerca apareceu queimada. Então, a viúva e um filho foram presos e levaram uma grande surra. Ela morreu vomitando sangue e o filho ficou aleijado de um braço. José Cardoso [compadre da viúva] levou os órfãos a capital do estado para pedir providencias, mas o governo estava do lado do coronel [...] os cinco órfãos famintos foram para São Sebastião do Umbuzeiro.

Podemos, mais uma vez, constatar, assim, o que por um lado já é bastante conheci-

do, ou seja, a prática de tomar terras dos camponeses, mas, por outro lado, o que este caso revela é a resistência possível que foi feita por aquela família de camponeses. Conforme podemos observar, a ação de resistência consistiu em queimar a cerca feita pelo coronel e, mesmo assim, não foi imediatamente após esta ser feita, mas, algum tempo depois e utilizando-se do anonimato. O anonimato, conforme compreende Scott, consiste numa estratégia que os grupos subordinados utilizam para exercitar a resistência de forma disfarçada. Esses grupos ao entenderem que podem ser alvos de represálias, se utilizam do anonimato para proteger suas identidades e desenvolverem ações diretas contra os dominantes, entre as práticas anônimas Scott descreve: falar sob possessão espírita, a agressão por meios mágicos, o rumor e até mesmo a violência (Scott, 2000).

Analisando essa ação de resistência, podemos entender que aquela família sabia que corria riscos se tentasse uma afronta direta, tanto é que a queima da cerca foi feita de forma anônima. Porém, o que chama a atenção é a possibilidade de serem sabedores que a ação de queimar a cerca não intimidaria o coronel, de forma que aquela ação, longe de apresentar um obstáculo aos intentos do coronel, representava mais uma manifestação de indignação daquela família do que mesmo uma forma de resolver a questão. Também, observando os indícios, podemos pensar que aquela ação de queimar a cerca não foi promovida tão somente por aquela família, no entanto, é possível mesmo ter contado com a ajuda de outros camponeses, que indignados com aquela ação, prestaram auxílios para colocar fogo na cerca.

Tomando como exemplo um conflito no município de Pombal, no Sertão da Paraíba, no

ano de 1924, realidade não diferente da estabelecida em Alagoa do Monteiro, percebemos, mais uma vez, essa face de tensão entre os latifúndios e os camponeses, ocasião em que José Gregório está falando a partir de suas lembranças, isto é, um protagonista falando daquilo que presenciou e colocando sua percepção. Acredito que a importância está justamente no relato do protagonista. O autor não teve pretensões acadêmicas, nem convencer ninguém apenas relatou uma situação, que para mim se revelou importante para demonstrar como se dava a coação, a pressão, para expulsar o camponês da terra. Enfim, é um relato de quem testemunhou um caso específico desses, entre tantos outros, a partir de suas lembranças sobre aquela região, descreve os artifícios de um coronel para tomar um pedaço de terra de um camponês seu vizinho:

Severino Rodrigues começou invejando aquela pequena propriedade e fez várias propostas de compra, mas pela importância que ele mesmo arbitrava. Como Pedro Gomes [o camponês vizinho] recusasse a oferta descabida, Severino Rodrigues começou a abrir as cercas para que o seu gado invadisse as vazantes do vizinho. (Gregório, 1967, p.257).

Essa tentativa de tomar o pedaço de terras levou tempo, mesmo o coronel contando com a colaboração das autoridades policiais e jurídicas da comarca. Essas autoridades subservientes aos coronéis fizeram uso da força para intimidar aquela família, de forma que os filhos daquele camponês foram presos sob acusações falsas, apenas com o intuito de pressionar o seu pai a vender o pedaço de terra e ir embora da região.

Estes, ao serem soltos, não mais suportando as pressões a que vinham sendo submetidos, e, sem dúvida, fazendo uma leitura bastante pertinente das relações de poder naquele contexto, em que sabiam que não contavam nem com a justiça, nem com a proteção de outro coronel, planejaram e executaram a única forma de resistência possível conforme coloca José Gregório (1967, p.265):

Severino Rodrigues estava derramado em sua cadeira de balanço, palestrando com dois hóspedes amigos, a esposa e os filhos. As brechas das portas permitiam boa visão aos que estavam de fora [...] apontaram no peito largo do homem e os estampidos foram apavorantes. A vítima não se moveu da cadeira: teve morte imediata [...] o fato estava consumado. Sabiam, pelos motivos, tão claros, que os criminosos eram dali mesmo; e os Gomes foram apontados, embora sem testemunhas de vista.

Podemos compreender que a ação de resistência que culminou com o assassinato foi a última etapa de outras anteriormente exercitadas, pois, é bastante plausível acreditar que desde o início da tentativa do coronel em forçar a compra da terra esse camponês tenha, no anonimato, procurado socializar suas preocupações, buscando alternativas junto à própria família e aos outros camponeses que compartilhavam de sua confiança. Também, não deixa de ser pertinente pensar que este possa ter buscado auxílio junto a outro coronel, mas, se isto ocorreu, não obteve êxito, pois, não aparece nenhum registro de uma suposta proteção dada por algum coronel, o que se comprova pela pressão exercida sobre a família daquele pelo aparato policial.

O assassinato demonstra que os camponeses não permaneciam inertes às afrontas da elite, porém, elaboravam suas práticas de resistência. Neste caso, o assassinato foi à expressão máxima da indignação e não tolerância à truculência daquele coronel, pois, como vimos, não teve como motivação a vingança, roubo ou crime, sob encomenda, mas, tão somente a expressão de defesa de uma pequena área de terra que significava o sustento da família.

A decisão dos camponeses em aproveitarem a escuridão da noite para não serem reconhecidos e, propositalmente, não dando oportunidade à família do assassinado em reconhecê-los, é uma atitude, conforme entende Scott (2000), típica das artes do ocultamento político, em que se busca a proteção das possíveis represálias no anonimato.

Essa forma de ação encoberta pelo anonimato, incomodava demais a elite e esta manifestava sua repulsa a quem assim procedia, denominando de covarde e outros qualificativos. A condenação deste tipo de ação é uma pista que nos serve para perceber como essa elite também se sentia vulnerável, considerando que não se sabia quando nem de onde poderia vir ações de represálias aos seus comportamentos.

A repulsa a essa prática, pela elite rural, e a sua condenação pública tinha por objetivo desencorajá-la, prevenindo, assim, ações vindas dos camponeses insatisfeitos que não tinham outro meio, senão a prática de uma ação anônima, forma esta pela qual se preservava a pessoa e a família de quem praticou possíveis e certas retaliações por parte do agredido, ou de sua família. Isso demonstra que mesmo se esta opinião era compartilhada no contexto rural, representava sem dúvida uma concepção mais

arraigada no seio da elite dominante. Conforme demonstra Scott, esse tipo de ação na qual o autor procura esconder sua identidade torna-se mais fácil devido a essa proteção do anonimato (Scott, 2000).

Podemos afirmar assim que existia, naquele contexto, a prática do disfarce por parte dos dominados e que esta prática apresentava-se como um dos recursos possíveis, considerando que as instituições legais não respondiam satisfatoriamente às expectativas de justiça por parte dos camponeses. Dessa forma, essas ações apresentavam-se não como a reivindicação de um direito legal, mas como uma ação costumeiramente legítima pelos camponeses.

## 2. MANIFESTAÇÕES ORAIS MARGINAIS: AS CANTORIAS COMO EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA COTIDIANA

As práticas de resistência não se limitavam tão somente a atos de agressões físicas e de violência, conforme anteriormente demonstrado, mas, podiam assumir as características de uma resistência de caráter simbólico, desdobrando-se em uma multiplicidade de formas, de acordo com a ocasião e o contexto. A resistência material e a resistência simbólica, de acordo com a formulação de Scott, fazem parte de um mesmo conjunto de práticas de resistência e são coerentes entre si. Assim, as diversas manifestações, de caráter verbal, como a agressão oral contra uma figura dominante em um ambiente seguro e os ritos de inversão, como acontece no carnaval, são também aspectos dessas manifestações de resistência (Scott, 2000).

As ações de dominação, neste contexto rural, se publicamente não eram comentadas, não significa dizer que os camponeses não tivessem conhecimento do que ocorria na região, nem tão pouco que não se posicionassem para resistir a essa dominação. Estes sabiam muito bem das questões que estavam ocorrendo e das formas que as pessoas da elite faziam para se apropriar de pedaços de terras e outras ações violentas para com os camponeses. Se publicamente demonstravam nada saber sobre as questões que enfrentavam seus vizinhos ou familiares, convenciam dessa postura ingênua pela teatralização que faziam diante daqueles que entendiam se constituir em ameaças devido aos seus posicionamentos, evidentemente, em desacordo com as práticas violentas da elite para atingir seus objetivos.

Um espaço de interação social que possibilitou o exercício de um discurso contestatório utilizado pelos camponeses foi os encontros promovidos para a exibição dos poetas “repentistas” ou “violeiros”, que em forma de versos cantavam os temas sugeridos pela plateia, evento este denominado de “cantoria”<sup>5</sup>. O discurso contestatório acontecia em espaços sociais em que havia a interação entre sujeitos em condições sociais iguais, conforme demonstrou Scott, e onde não é necessário reprimir a cólera, pois estando fora das relações de dominação se pode falar com veemência sem medir as consequências das palavras. Entende-se que esses “espaços sociais marginais”, como denomina, são por si mesmos uma conquista da resistência que se ganha e se defende nas relações de poder (Scott, 2000).

---

5 Analisamos aqui a obra do poeta Luizinho Batista que resgatou poesias, feitas em forma de “repentes”, de noventa e oito poetas regionais (Batista, 2006).

As cantorias aconteciam com frequência naquele contexto rural e constituíam-se em um momento de reunião e socialização dos camponeses que moravam vizinhos, mas, também de outros que vinham de locais diversos para assistir a estes eventos, constituindo-se, em alguns momentos, como um espaço “social marginal”, conforme formulação de Scott (2000). A literatura de cordel também abordou diversos fatos conflituosos do universo camponês, até mesmo porque conforme coloca Mark J. Curran (1986, p.311) em seu artigo *A sátira e a crítica social na literatura de cordel*: “O poeta é estreitamente ligado ao povo e aos seus problemas devido a sua vida em comum, a sua tradição cultural e a sua condição social”, porém, o que queremos demarcar é a visibilidade que esta forma de expressão tinha e, notadamente, a precaução dos seus produtores, constituindo-se essa expressão, mais como um discurso público, pois os cordéis eram elaborados e revisados antes de serem postos à venda, de forma que se omitiam proposadamente certas colocações que podiam agredir pessoas, principalmente da elite. Podemos perceber essa característica a partir das colocações e comentários a respeito das cantorias que o poeta José Nunes Filho (2001) fez em sua obra, situando comentários e versos feitos em forma de “repentes” por nada menos de que oitenta e quatro poetas repentistas da região. Também de significativa importância para compreensão dessa manifestação artística, como um espaço onde se realizava um discurso contestatório, podemos observar na obra do poeta José Alves Sobrinho (2003). Este poeta foi um dos organizadores do acervo do cordel do Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e Literatura da UFPB (LAELL).

Nessa forma de manifestação artística podemos perceber que os dominados mesmo exercitando uma crítica aos dominantes, no âmbito do discurso público, o faziam utilizando-se do “disfarce” e, conforme formulação de Scott, o “eufemismo” como forma de disfarce se prestava bem para essas manifestações, pois se tratava de dizer uma coisa, mas não diretamente, utilizando-se para isto de insinuações ou alusões a determinadas situações criadas com fins ilustrativos, nas quais pode ser observada sua semelhança com a realidade, sem, entretanto, citar nominalmente pessoas ou situações reais. Scott argumenta que é difícil encontrar uma sociedade camponesa, ou na qual existam escravos ou servos, na qual não se tenha a figura tradicional de um animal, ou de uma pessoa inteligente que engana os dominantes (Scott, 2000). No Sertão do Brasil podemos contatar a figura de Camonge, inspirado no poeta português Camões, sendo nessa região denominado em certas ocasiões de Camonge ou Cambonje pelos poetas cordelistas e repentistas, tendo como marca principal a sagacidade de enganar os poderosos. De acordo com Pinheiro (2001), este personagem passou para a literatura popular como alguém capaz de vencer os poderosos e beneficiar os pobres.

Esta expressão cultural tem como característica principal a oralidade, pois, tratava de temáticas desenvolvidas naquele momento específico em que estava acontecendo o evento, sem prévia elaboração das poesias e sem o objetivo de reproduzir essas poesias por meio escrito como se faz com o cordel. Uma observação de Scott, quanto à produção cultural dos subalternos, diz respeito a compreender que as expressões culturais destes, em geral, apresentam uma forma mais oral do que escrita. Ob-

serva, entretanto, que essas formas com a marca da oralidade, devido ao seu modo de transmissão, se convertem em um veículo ideal para resistência cultural (Scott, 2000).

Pelos ambientes mencionados onde aconteciam as “cantorias” como hospedaria, locais de jogos e barbearia, concluímos que essas manifestações notadamente não eram promovidas pela elite, pois se assim fosse o autor ao referenciar, provavelmente, saberia dos nomes daquelas pessoas da elite como os coroneis e outros que ocupavam posições de destaque, bem como os locais onde aconteciam esses eventos. Podemos assim entender, que pelos locais mencionados, essas manifestações eram uma das expressões de pessoas que estavam em posição de dominação, tornando-se estes espaços acessíveis e propícios para a elaboração de um discurso contestatório aos dominantes. Percebemos que estes locais onde se realizavam as manifestações guardavam certa semelhança de condições oferecidas para se fazer uma crítica aos dominantes, com os locais que Scott identificou onde se praticava uma cultura dissidente na Europa, como os bares, as cervejarias, as tabernas, locais estes, conforme argumenta Scott, considerados como subversivos tanto pelas autoridades como pela igreja. Nesses espaços eram praticadas afrontas à cultura oficial, ocasião em que ocorriam apostas, jogos, canções, desordens e blasfêmia em relação aos dominantes (Scott, 2000, p. 147-149).

Observamos, assim, que a “cantoria” constituía-se como um espaço social em que havia uma intensa interação entre os que assistiam e os que cantavam, de forma que a plateia não era estática, mas, conduzia conforme suas solicitações as temáticas desenvolvidas pe-

los cantadores. Assim sendo, podemos concluir que este espaço, considerando a identidade social existente entre os presentes e em decorrência disto uma unidade das temáticas que desejavam ver exploradas pelos cantadores, geralmente denunciando o que julgavam injusto, ou mesmo fazendo gozações com a elite, era um espaço social em que se elaborava não de forma individual, mas, coletiva, um discurso oculto contestatório às práticas de dominação da elite e conforme argumenta Scott (2000, p.148): “[...] os espaços sociais relativamente autônomos servem tanto para disciplinar quanto para formular padrões de resistência”. Podemos concluir, dessa forma, que a cantoria, na especificidade da realidade estudada, apresentava-se como a construção de um espaço alternativo para desenvolver uma prática de resistência à dominação da elite.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, a elite procurava exercitar a dominação mediante práticas que, conforme vimos, eram diversas, podendo ser apenas a intimidação dos camponeses, mediante ordens diretas ou sinalizadas, ou mesmo torturas físicas e até mesmo o assassinato. Entretanto, nem sempre os camponeses se submetiam às vontades de seus patrões, o que nos leva a entender, que havendo possibilidades, eles resistiam de modo oculto, ou publico.

Podemos compreender, também, o emprego da violência pelos latifundiários como indício de que havia resistência por parte dos dominados, pois se estes acatassem as práticas de dominação, sem contestação, é evidente que não seria necessário o uso da força.

Entretanto, conforme constatamos os camponeses ao serem expropriados de suas terras, aparentemente, não esboçavam reação, mas, essa aparente passividade dissimulava a existência de um discurso oculto, em que se elaborava uma crítica velada a essa elite e se planejava no seio da família, ou dos mais próximos uma futura ação de resistência.

Assim, nas ações de resistência que observamos em represálias ao desrespeito da elite às suas posses de terras, os camponeses se utilizavam habilmente do anonimato como uma forma de proteção. Constatamos, dessa forma, que diversas agressões à elite, compreendidas naquele contexto social como uma ação de vingança, podem ser entendidas como expressões de resistência promovidas pelos camponeses utilizando-se do anonimato como meio de se protegerem.

As manifestações culturais específicas daquela região, por sua vez, a exemplo das “cantorias” e que, dadas as suas particularidades artísticas e sua elaboração ser de autoria de sujeitos em igual condição social, assumiam, em determinadas circunstâncias, a forma de um espaço social marginal no Cariri paraibano.

Podemos demonstrar, assim, que tendo essa expressão cultural a marca da oralidade e da efemeridade, constituiu-se como um meio propício para os camponeses socializarem suas angústias e informações e, acima de tudo, expressarem suas indignações quanto às práticas de dominação que enfrentavam.

Exercitava-se, assim, nessas ocasiões, uma resistência simbólica aos dominantes. Entretanto, essa resistência simbólica quando se dava num espaço coletivo, em que os camponeses compartilhavam os sentimentos de descon-

tentamento com a prática da elite, contribuía para a construção de uma compreensão coletiva da realidade que enfrentavam, norteando, por sua vez, formas semelhantes de resistência.

Assim, esses espaços marginais de contestação e socialização de problemas comuns serviam como substrato tanto para nortear, quanto legitimar possíveis ações de resistência, a exemplo da “vingança” que, conforme vimos naquele contexto, constituiu-se como uma forma de resistência que ocorreu em diversas ocasiões e mesmo se configurando em ações individuais não deixava de ter suas raízes e sua legitimidade construídas nesses espaços de socialização.

A partir dos conflitos observados, podemos compreender que os camponeses, de acordo com a situação específica que enfrentavam se posicionavam, estrategicamente, desenvolvendo ações de contestação à dominação, mesmo que suas atitudes em momentos específicos não se tornassem evidentes. Analisando os conflitos, observamos a existência de uma diversidade de ações com as características da resistência cotidiana, ações estas, que contribuíram para a reprodução social dos camponeses.

Trabalho recebido em 05/02/2013

Aprovado para publicação em 28/09/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES SOBRINHO, José. *Cantadores, Repentistas e Poetas Populares*. Campina Grande: Bagagem, 2003.

BATISTA, Luiz. *Raízes nordestinas*. Sumé: [s.n.], 2006.

- CURRAN, Mark J. A sátira e a crítica social na literatura de cordel. In: DIEGUES JÚNIOR, Manuel et. al. *Literatura popular em verso: estudos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- FILHO, José Nunes. *Poetas Encantadores*. João Pessoa: Imprell, 2001.
- GALLIZA, Diana Soares. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*. João Pessoa: Ideia, 1993.
- GREGÓRIO, José. *Sertão perverso*. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário – 1985*.
- JÚNIOR, Manuel et. all. *Literatura popular em verso: estudos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- MARIANO SOBRINHO, Antônio. *Rio do Camará*. A epopéia de (mais) um século. João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996.
- MONSMA, K. J. C. Scott e a resistência cotidiana no campo: Uma avaliação crítica. *Revista Brasileira de Informações Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 49. p. 95-121, 2000.
- NUNES FILHO, Pedro. *Guerreiro togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997.
- OCTÁVIO, José. *História da Paraíba: Lutas e resistência*. João Pessoa: UFPB - Editora Universitária, 1996.
- PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. *Cordel na sala de aula*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- PONTES, Antonio Barros. *Mundo dos coronéis*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1970.
- SCOTT, J.C. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven. Yale University, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Everyday Forms of Resistance*. In: *Everyday Forms of Peasant Resistance*. Forrest D. Colburn. (Org.). New York, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Domination and the arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F. : Edições Era, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. *Revista Raíces*, Campina Grande, v.21. n. 01, p.10-31. 2002.